
Urbanização, mobilidade populacional e meio ambiente: uma abordagem das desigualdades socioespaciais da Região Metropolitana da Baixada Santista¹

Andrea Ferraz Young²
Ana Paula Rocha dos Santos³

Introdução

As últimas duas décadas se mostraram muito importantes para o intenso processo de metropolização de algumas regiões brasileiras, principalmente na Baixada Santista, tanto no que diz respeito à dinâmica populacional, em especial a migração, quanto às mudanças observadas em sua paisagem. Estas duas dimensões do processo podem ser sentidas no aumento da mobilidade diária, para a primeira; e também para os problemas que foram surgindo ao longo do tempo em termos ambientais, como a ocupação irregular de morros, desmatamentos de áreas naturais e a poluição do ar, água e solo da região, para a segunda.

A Baixada Santista, que adquiriu importância e se destacou como região metropolitana, principalmente após a década de 1970, apresentou consideráveis transformações em sua paisagem na medida em que o processo de ocupação foi se intensificando. Essas transformações associadas às características físicas da região são de extrema importância e não podem ser esquecidas, principalmente se consideradas suas características geomorfológicas, por se tratar de uma área formada por ilhas, morros, planícies, restingas e manguezais delimitada, sobretudo, pela presença da Serra do Mar e o Oceano Atlântico.

-
- 1 Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino-americana de População, realizado em Córdoba, Argentina, de 24 a 26 de setembro de 2008.
 - 2 Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp), andrea@nepo.unicamp.br
 - 3 Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp), paulaestat@yahoo.com.br

Tais transformações podem ser observadas na maior parte dos municípios da região através do processo de expansão urbana da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), tendo como reflexos mais significativos o aumento da mobilidade pendular e a supressão de áreas naturais em virtude da ocupação desses espaços. Em meio à provável interdependência, surge a necessidade de verificar como a compreensão do processo de urbanização pode auxiliar o entendimento da mobilidade pendular e, conseqüentemente, da degradação ambiental.

Segundo Cunha (1995), não se pode perder de vista que na medida em que a mobilidade decorre do aumento progressivo das distâncias entre a residência dos indivíduos e os locais onde estes exercem suas atividades, vários dos condicionantes ligados ao processo de produção e ocupação do espaço (mercado de terras, distribuição da atividade produtiva, consumo de bens e serviços, etc.) necessitam ser recuperados para sua interpretação.

Na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) a circulação de capital e mercadorias, bem como a subordinação do trabalho ao capital constituem os principais condicionantes relacionados ao processo de produção e ocupação do espaço e conseqüente deslocamento da população entre o local de residência e o local de trabalho.

As informações sobre deslocamentos domicílio-trabalho/estudo constituem importante referencial para a análise do processo de metropolização e expansão urbana da RMBS. Verifica-se que esses deslocamentos ocorrem entre distâncias cada vez maiores quando considerados a origem e o destino, revelando processos seletivos de uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho.

Por esse motivo supõe-se que muitos dos determinantes da mobilidade pendular poderão ser identificados a partir do conhecimento mais profundo dos condicionantes da expansão urbana da Região Metropolitana da Baixada Santista. Da mesma forma que questões de cunho ambiental podem ser compreendidas através do estudo do processo de ocupação da metrópole.

Nesse sentido, vale ressaltar que de acordo com Cunha (1995)

é em um contexto de expansão territorial metropolitana, baseada em boa medida na distribuição desigual da população no espaço, em ritmo e abrangência bastante acentuados, que a mobilidade pendular ganha contornos de um fenômeno de importante relevância e interesse.

Dentro dessa lógica, acredita-se que o estudo da pendularidade pode servir como um recurso expressivo para o entendimento da desigualdade socioespacial na RMBS. Se por um lado, a pendularidade pode ser analisada sob a perspectiva da qual se aponta o fato de que a população de

maior poder aquisitivo pode optar por morar em lugares menos vulneráveis em termos ambientais (mesmo que passe um tempo em localidades mais degradadas por motivos de trabalho); por outro, esta também pode ser vista como falta de opção para aqueles que não têm condições de residir em locais onde há maior oferta de emprego e oportunidades.

Como em outras regiões metropolitanas do país, o padrão de produção e riqueza na RMBS foi acompanhado de uma distribuição desigual, marcado por profundas desigualdades socioespaciais, que foram sentidas em vários aspectos, como no descompasso entre locais de moradias e trabalho em virtude das ofertas de emprego, gerando um volume significativo de movimentos pendulares na região.

A diferenciação socioespacial e econômica, que caracteriza a heterogeneidade da ocupação na região, começa a ser definida segundo um padrão de parcelamento do solo baseado em leis que favorecem, entre outros interesses, as estratégias empresariais e imobiliárias e, conseqüentemente, o aumento dos deslocamentos populacionais intraurbanos.

De acordo com Lago (2000), a mobilidade espacial intrametropolitana pode ser incorporada em análises e situações distintas como um fenômeno inerente à estruturação do espaço urbano e não como objeto de estudo em si, o que possibilita trabalhar com a perspectiva da mudança permanente da realidade social.

Ainda, segundo Lago (2000), o fenômeno da mobilidade espacial, entendido como importante componente do processo de organização social e, especificamente, da dinâmica urbana, perpassa toda a discussão em torno das alterações na estrutura social e espacial. Portanto, parte-se do pressuposto que a interação entre estruturas urbanas e processos socioespaciais estão relacionados prioritariamente à dinâmica de ocupação do território.

Assim, tem-se como objetivo a análise da mobilidade pendular diretamente vinculada ao processo de expansão e, conseqüentemente, aos seus efeitos sobre o ambiente, em virtude da ocorrência de ocupações desconformes. A partir das bases de dados dos Censos de 1980 e 2000, referentes a cinco municípios da RMBS, procura-se relacionar os fluxos realizados por pessoas que trabalham ou estudam em municípios diferentes dos de residência.

Os municípios definidos para a realização das análises foram Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá e Praia Grande. A escolha de tais localidades se deve a importância destes no quadro geral da mobilidade pendular regional e, basicamente, às mudanças observadas na paisagem.

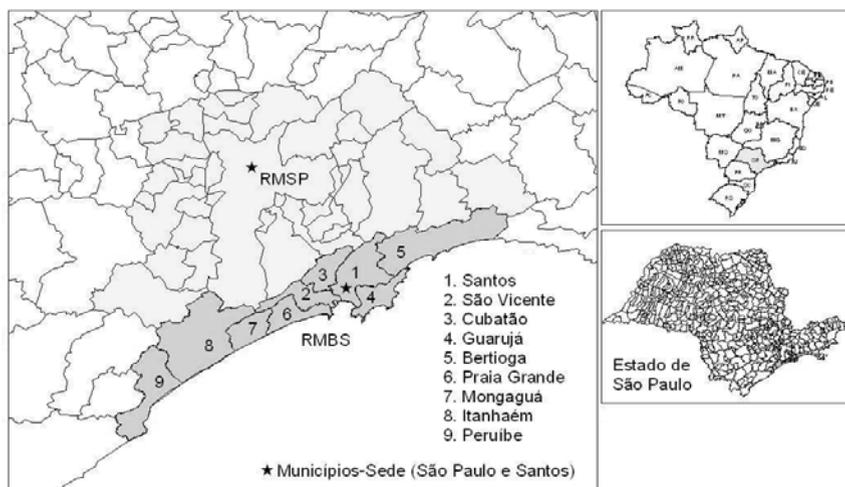
Dessa forma, as análises realizadas visaram ampliar as discussões para compreender a dinâmica socioespacial e demográfica da região, bem como os fatores que podem estar conduzindo a devastação de áreas naturais ecologicamente significativas para a região.

Região Metropolitana da Baixada Santista: Características da Mobilidade Pendular

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), geograficamente situada no litoral do Estado de São Paulo (Figura 1), foi constituída em 1996. Composta por nove municípios – Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Bertioga, apresenta uma população de 1.713.581 pessoas (segundo projeções da Fundação SEADE em 2008).

Como se mencionou anteriormente, o padrão de desenvolvimento e distribuição de riqueza na RMBS tem-se caracterizado fortemente pela desigualdade socioespacial, que pode ser observado em alguns aspectos específicos como no descompasso entre locais de moradia e trabalho em virtude das ofertas de emprego, o que proporciona um volume significativo de movimentos pendulares na região.

Figura 1. Localização da Região Metropolitana da Baixada Santista



Fonte: FIBGE, 2000

Um dado que poderia ilustrar o grau de desigualdade socioespacial diz respeito ao local de trabalho da população economicamente ativa (PEA) e seu respectivo município de origem (local de residência). Atualmente, uma expressiva parcela da população realiza movimentos pendulares com origem na Baixada Santista. De acordo com Cunha (1994), a desigualdade socioespacial estaria impressa no processo de mobilidade pendular,⁴ oferecendo importantes indicações.

Para se proceder a uma aproximação referente aos deslocamentos pendulares por motivos de trabalho na década de 80, considerou-se a População Economicamente Ativa (PEA) maior de 14 anos. Segundo Jakob (2003), com base nos dados do Censo de 1980, a parcela populacional que trabalhava ou estudava em um município diferente de onde morava era de aproximadamente 13%.

De acordo com os dados analisados, os municípios da RMBS que apresentaram maior volume (ou proporção) de pessoas realizando movimentos pendulares foram São Vicente (55%), Guarujá (32%), Praia Grande (18%) e Santos (15%); calculados a partir dos valores absolutos apresentados na Tabela 1.

4 Por mobilidade pendular compreende-se o deslocamento regular de pessoas entre municípios para trabalhar ou estudar; esta informação consta dos Censos de 1980 e 2000. Conforme nos lembra Cunha: «o entendimento dos movimentos pendulares (...) passa, entre outros aspectos, pela compreensão da migração intrametropolitana, não apenas como manifestação de um processo específico de segregação espacial, mas também enquanto elemento decorrente de um fenômeno mais abrangente, qual seja, a distribuição da atividade econômica no território» (1994: 254).

Tabela 1. População Economicamente Ativa maior que 14 anos de idade segundo município de trabalho e estudo em 1980

<i>Município de Trabalho</i>	<i>Município de residência em 1980</i>								<i>Total</i>
	<i>Cubatão</i>	<i>Guarujá</i>	<i>Itanhaém</i>	<i>Mongaguá</i>	<i>Peruibe</i>	<i>Praia Grande</i>	<i>Santos</i>	<i>São Vicente</i>	
o mesmo	29.218	38.385	9.297	2.959	5.581	18.778	142.997	31.616	278.831
Cubatão		3.401	17	5	4	502	14.215	9.301	27.445
Guarujá	151		19	5	8	84	1.723	477	2.467
Itanhaém	0	13		81	46	68	76	65	349
Mongaguá	0	0	46		0	133	80	53	312
Peruibe	0	4	45	31		14	57	35	186
Praia Grande	45	77	35	67	4		578	998	1.804
Santos	1.453	13.918	80	30	48	1.453		25.781	42.763
São Vicente	116	164	34	7	9	757	2.754		3.841
Total RMBS	1.765	175.577	276	226	119	3.011	19.483	36.710	79.167
Município de São Paulo	228	495	276	61	80	816	3.209	1.423	6.428
Estado de São Paulo	218	186	118	18	129	225	1.692	675	3.188
Outros Estados	113	150	45	0	17	27	496	198	1.001
Total Outros Municípios	2.324	18.408	0	305	345	4.099	24.878	39.006	89.784
Total	31.542	56.793	9.736	3.264	5.926	22.857	167.875	70.622	368.615

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

Entre os municípios da região que mais receberam população em termos proporcionais e considerando como origem os próprios municípios da Baixada Santista encontramos Santos com 54% e Cubatão com 35%.

Considerando um panorama relativamente mais próximo, os dados do Censo Demográfico de 2000 (Tabela 2), demonstraram que houve um aumento significativo no volume de pessoas (da PEA maior de 14 anos) que realizavam pendularidade, de quase 90 mil em 1980 para aproximadamente 120 mil.

Tabela 2. População Economicamente Ativa maior que 14 anos de idade segundo município de trabalho e estudo em 2000

<i>Município de Trabalho</i>	<i>Município de residência em 2000</i>										<i>Total</i>
	<i>Bertioga</i>	<i>Cubatão</i>	<i>Guarujá</i>	<i>Itanhaém</i>	<i>Mongaguá</i>	<i>Peruibe</i>	<i>Praia Grande</i>	<i>Santos</i>	<i>São Vicente</i>		
Neste município não trabalha, nem estuda	12.698	33.404	89.926	25.387	11.208	17.191	58.411	155.710	65.387	469.323	
	1.874	9.594	20.215	5.425	3.308	4.360	14.631	24.848	24.409	108.663	
Bertioga		23	729			13	15	296	50	1.126	
Cubatão	7		1.544	4	33	17	1.477	6.054	6.362	15.497	
Guarujá	110	365		28	22	16	243	2.750	887	4.421	
Itanhaém			8		126	113	103	170	58	578	
Mongaguá		12		240		7	688	65	116	1.127	
Peruibe				109			7	68	19	202	
Praia Grande				140	178	67		1.299	3.069	5.059	
Santos	203	5.250	12.565	246	156	150	7.891		35.800	62.261	
São Vicente	8	336	409	18	88		2.397	4.216		7.470	
Total RMBS	327	6.221	15.335	782	602	382	12.822	14.918	46.361	97.740	
Município de São Paulo	12	390	979	664	498	256	2.806	5.877	2.354	13.835	
Estado de São Paulo	175	772	990	241	202	242	1.013	2.818	1.663	8.116	
Outros Estados		117	92	15	10	51	101	519	218	1.124	
Total Outros Municípios	515	7.490	17.395	1.703	1.311	931	16.742	24.132	50.595	120.815	
Total	15.087	50.489	127.535	32.516	15.828	22.482	89.785	204.690	140.389	698.801	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

No ano de 2000 os municípios que apresentaram movimentos pendulares mais significativos foram São Vicente (44%), Praia Grande (22%), Cubatão (18%), Guarujá (16%) e Santos (13%). Com relação aos municípios que mais receberam população (somente entre os municípios da própria RMBS) ainda continuaram sendo Santos e Cubatão.

Os principais fluxos com destino a Santos foram de São Vicente (35,8 mil pessoas), do Guarujá (12,5 mil), de Praia Grande (7,8 mil) e de Cubatão (5,2 mil), conforme se verifica na Tabela 2. Já aqueles com destino a Cubatão eram provenientes de São Vicente (6,3 mil pessoas) e Santos (6 mil pessoas), com valores muito próximos.

Deve-se ainda distinguir os movimentos pendulares com destino ao município de São Paulo, uma vez que este fluxo apresenta expressivos volumes tanto no ano de 1980 quanto, e em maior volume, em 2000. Inicialmente, mais de seis mil pessoas realizavam movimentos pendulares, ou seja, um pouco mais de 7% das pessoas se deslocava. Em 2000 o volume ultrapassa 13,8 mil pessoas, representando 11,5%.

Neste quadro de deslocamentos pendulares para o município de São Paulo, no ano de 2000, os principais fluxos eram originários dos municípios de Santos (5,8 mil pessoas), Praia Grande (2,8 mil pessoas) e São Vicente (2,3 mil pessoas).

Sintetizando, embora a região seja bastante dinâmica em termos de deslocamentos pendulares, estes estão mais concentrados em alguns municípios, mesmo apresentando alguma variação entre 1980 e 2000.

No que diz respeito à origem destacam-se São Vicente, Santos, Praia Grande, Guarujá, Cubatão (que aparece em evidência apenas no censo de 2000). Enquanto como destinos estão principalmente os municípios de Santos e Cubatão.

Vale ressaltar que, em termos de pendularidade, o município de Cubatão aparece tanto como uma área de atração (em função da presença do pólo petroquímico) quanto de expulsão de pessoas. Esse município já se destacou como objeto de estudo na década de 90. Hogan (1990) apontou que a maioria da população que tinha condições financeiras de residir fora do município (pela presença de índices elevados de poluição) o faria; enquanto aqueles que não tinham esta opção teriam que permanecer.

De fato, segundo as análises realizadas por Jakob e Santos (2009), nota-se que Cubatão recebe uma população, se comparado aos demais fluxos, com altos níveis de escolaridade e renda, perdendo somente para os fluxos que têm como destino São Paulo. Neste caso,

em sua maioria, são trabalhadores dos setores de produção de bens e serviços (industriais), bem como técnicos de nível médio.

Por outro lado, como demonstrado (Tabela 2), a população que parte de Cubatão tem como destino principal o município de Santos. Segundo Jakob e Santos (2009), esse fluxo específico é composto em grande parte (50% do fluxo total) por empregadas domésticas.

Tais características só reforçam que, de maneira geral, a população com melhores condições econômicas pode escolher onde residir, e normalmente o faz para fora do município de Cubatão e, portanto, mais «distante» da poluição, enquanto a população de baixa renda permanece no município, mas encontra melhores oportunidades de trabalho na sede da metrópole (Santos).

Com relação aos anos de estudo da PEA, a Tabela 3 revela que as pessoas que moram em Santos e trabalham diariamente em outro município apresentam um nível de escolaridade mais elevado (com 12 ou mais anos de estudo), sendo que 74% destas destinam-se a São Paulo, 52% ao Guarujá, 48% para Cubatão e 38% para São Vicente.

Tabela 3. Participação dos anos de estudo da PEA maior que 14 anos segundo principais fluxos da RMBS em 2000

<i>Principais Fluxos</i>	<i>Sem instrução ou < de 1 ano</i>	<i>1 a 4</i>	<i>5 a 8</i>	<i>9 a 11</i>	<i>12 ou mais</i>	<i>Não determinado</i>	<i>Alfabetização de adultos</i>	<i>Volume Populacional</i>
São Vicente=>Santos	3,6	20,4	29,1	33,8	12,5	0,6	0,1	35.800
Guarujá=>Santos	3,8	24,7	31,8	29,4	9,4	0,8		12.565
Praia Grande=>Santos	3,2	20,8	28,8	31,9	14,9	0,4		7.891
Cubatão=>Santos	3,0	23,4	26,0	35,9	11,0	0,7		5.250
São Vicente=>Cubatão	1,9	15,0	30,0	40,4	12,2	0,5	0,2	6.362
Santos=>Cubatão		4,1	11,1	36,8	48,0			6.054
Santos => São Paulo		1,9	5,9	17,2	74,6	0,4		5.877
Praia Grande =>São Paulo		10,9	21,1	39,6	28,0	0,4		2.806
São Vicente =>São Paulo	1,0	7,8	17,5	36,2	37,1		0,4	2.354
Santos=>São Vicente	1,3	8,0	19,8	32,5	37,9	0,4		4.216
Praia Grande => São Vicente	1,9	17,8	28,5	36,4	14,5	0,9		2.397
São Vicente=> Praia Grande	1,5	15,5	24,3	44,8	12,8	1,2		3.069
Santos => Guarujá	0,3	9,0	12,5	25,3	51,8	1,1		2.750

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Tabulações especiais NEPO/UNICAMP

A Tabela 4 revela que, entre as pessoas que partem de Santos, uma parcela significativa apresenta níveis de renda consideráveis, em especial aquelas com destino a São Paulo. Nesse caso em particular, partindo de Santos, encontramos mais de 30% das pessoas ganhando mais de 20 salários e, aproximadamente 56% ganhando de 10 a mais salários mínimos.

Segundo estudos realizados por Jakob e Santos (2009), enquanto os que chegam em Santos são em geral vendedores e trabalhadores de serviços pessoais, os que vão para São Paulo são diretores, gerentes e profissionais das áreas de ciências e artes. De acordo com esses pesquisadores, o mesmo ocorre com o fluxo Santos => Guarujá, com grande participação de gerentes de produção e professores de nível médio.

Segundo Santos (2008), provavelmente melhores condições em termos de escolaridade e renda favorecem o deslocamento das pessoas originárias da sede metropolitana para a capital; e as pessoas com níveis inferiores teriam maiores dificuldades para realizar o trajeto em função dos custos e do tempo de deslocamento.

Além disso, de acordo com os dados do IBGE, referentes à matriz migratória segundo local de residência 1995, cerca de 60 mil pessoas deixaram a RM de São Paulo para morar na RMBS entre 1995 e 2000, sendo que 7.030 foram morar na sede, 18.475 em Praia Grande e 5.006 em São Vicente. Assim sendo, possivelmente boa parte dessa população de migrantes manteve como local de trabalho o município de São Paulo, mudando para a RMBS por outros motivos (ex: melhores condições de vida, tempo de deslocamento, etc.).

Assim, deve-se considerar que, em geral, a população de Santos apresenta as melhores condições socioeconômicas. Por outro lado, a população que trabalha neste município e mora em outro exibe as piores condições, tanto em termos de escolaridade quanto de renda.

Conforme observado anteriormente, os municípios que mais enviaram população para a sede metropolitana da Baixada Santista foram São Vicente, Guarujá, Praia Grande e Cubatão, sendo que tais fluxos possuem distribuição semelhante nas variáveis de renda e, principalmente, de escolaridade. Desse modo, percebe-se que as pessoas com melhor nível de renda e educação vivem principalmente na sede da metrópole santista.

Tabela 4. Participação da renda média mensal da PEA maior que 14 anos segundo principais fluxos da RMBS em 2000

<i>Principais Fluxos</i>	<i>Sem rendimento</i>	<i>até 1 SM</i>	<i>+ 1 a 2</i>	<i>+ 2 a 3</i>	<i>+ 3 a 5</i>	<i>+ 5 a 10</i>	<i>+ 10 a 20</i>	<i>+ 20 SM</i>	<i>Volume Populacional</i>
São Vicente => Santos	3,1	4,4	21,7	20,5	24,4	18,7	5,3	1,9	35.800
Guarujá => Santos	2,1	6,6	19,7	21,4	23,7	21,3	3,8	1,4	12.565
Praia Grande => Santos	3,8	3,8	18,5	18,1	26,5	22,1	5,2	1,9	7.891
Cubatão => Santos	3,9	4,2	23,9	26,8	21,8	14,5	4,5	0,3	5.250
São Vicente => Cubatão	1,4	1,3	7,7	19,0	29,7	28,5	9,9	2,6	6.362
Santos => Cubatão	0,2	0,3	1,9	6,6	14,3	30,9	31,3	14,6	6.054
Santos => São Paulo	3,2	0,7	1,2	2,1	6,0	28,0	28,2	30,5	5.877
Praia Grande => São Paulo	0,1	2,8	7,8	6,1	15,1	34,5	23,2	10,2	2.806
São Vicente => São Paulo	0,4	2,7	5,0	4,0	18,5	33,4	23,0	13,0	2.354
Santos => São Vicente	1,2	3,5	13,8	11,9	19,9	24,6	15,6	9,5	4.216
Praia Grande => São Vicente	1,6	4,3	22,5	18,2	22,8	22,1	7,3	1,1	2.397
São Vicente => Praia Grande	0,8	3,3	17,0	18,2	29,0	25,1	4,6	1,9	3.069
Santos => Guarujá	1,0	1,5	2,6	6,6	18,9	31,3	27,0	11,1	2.750

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000. Tabulações especiais NEFO/UNICAMP

O processo de expansão urbana e o panorama da mobilidade espacial

A expansão demográfica desdobrada da Baixada Santista a partir de Santos assenta-se tanto na dinâmica espacial vertical como horizontal (através de condomínios e edifícios), produzindo uma ocupação dispersa,⁵ através da incorporação de áreas ainda não urbanizadas da região, situadas além das Rodovias Imigrantes, Pedro Taques e Padre Manoel da Nóbrega, absorvendo progressivamente porções dos municípios vizinhos, principalmente na direção sul.

Em parte essa dinâmica ocorre por fatores de atração populacional,⁶ incitados pela dispersão de atividades produtivas de complexa tecnologia que na RMBS destaca-se na participação da produção estadual, pela crescente implantação de indústrias metalúrgicas e petroquímicas, e também pelas atividades portuárias, turísticas, além de possuir um setor terciário avançado, marcado pela prestação de serviços especializados.

Ademais, as diferentes formas de produção do espaço metropolitano dinamizaram um mercado imobiliário fracionado (social e espacialmente).

A ideia de que os municípios do entorno metropolitano correspondem apenas a «municípios-dormitórios», sem funções produtivas, não é totalmente aplicável. Há que se relativizar essa ideia, ou pelo menos considerar que, no caso da RMBS, os municípios do entorno também cumprem uma importante função na produção econômica da região, a despeito de não ser exatamente a população do próprio município

5 Quando se menciona o termo ocupação dispersa, ou seja, o processo de dispersão urbana, reporta-se a duas escalas ou âmbitos e suas inter-relações. A primeira diz respeito às áreas metropolitanas, que vem mostrando uma dispersão crescente de núcleos e pólos, entremeados de vazios, com redução de densidade de ocupação no todo e em partes importantes (inclusive em partes do tecido tradicional). A segunda refere-se a que os arquitetos chamam de tecido urbano, ou seja, a escala na qual se define as relações físicas e jurídicas entre espaços públicos e privados, sua produção material, bem como sua apropriação, uso e transformação (Reis, 2007).

6 Como Semeghini (2006) ressalta o adensamento populacional, muitas vezes, implica o maior uso de meios de transportes, que por sua vez, implica grandes investimentos públicos em alargamento de ruas, viadutos, vias expressas, readaptação das redes de água e esgotos, energia elétrica etc. Neste contexto, o espaço urbano vai adquirindo novo perfil, adequando-se (ao mesmo tempo em que contribui para condicionar este processo) aos padrões de vida emergentes com o novo tipo de «compressão do espaço-tempo» —nos termos de Harvey (2005)— com um sistema capitalista organizado, cada vez mais, através da dispersão, da mobilidade geográfica e da «flexibilidade» de mercados e processos de trabalho e consumo.

que, de fato, ocupa os postos de trabalho oferecidos em seus respectivos territórios, como já observado.

Em se tratando de mobilidade espacial, o dinamismo da RMBS tem como característica não só deslocamentos diários, como também a grande atração e retenção de habitantes de outras áreas.

De acordo com Jakob *et al.* (2006), a formação do entorno imediato de Santos, que se inicia nos anos 70, articula-se aos expressivos fluxos migratórios oriundos da sede metropolitana (Santos) para São Vicente e Guarujá (Vicente de Carvalho) e, posteriormente, entre 1980/90, para Praia Grande (sentido sul). Assim, nas últimas duas décadas, ao entorno que se estrutura, agregam-se a essa dinâmica os municípios de Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. A única exceção seria o município de Cubatão, que apresentou perdas populacionais nos anos 80 em função da grande poluição atmosférica gerada pelo pólo petroquímico.

O crescimento dos municípios da RMBS ocorreu principalmente a partir das décadas de 50/60. Segundo Pacheco (1998), as características da política nacional de estabilização dos anos 60 e as reformas empreendidas nesse período (reforma fiscal e financeira; instituição do crédito ao consumidor e do Sistema Financeiro de Habitação; política salarial que patrocinava a abertura do leque de rendimentos, incentivos a exportação e realinhamento de tarifas públicas) criaram condições para acelerada expansão do período de 1968/74. Essas medidas sinalizavam as linhas fundamentais do plano nacional de desenvolvimento: uma dinâmica cíclica liderada pela expansão do setor de bens de consumo duráveis e pela construção civil; o aumento das exportações e do endividamento externo.

Com a perspectiva da vinda da Petrobrás (escritório de negócios em função da presença do pólo petroquímico) e a construção da *segunda pista da Rodovia dos Imigrantes*, a opção por Santos acabou sendo um processo natural, que se mantém presente até hoje (Young e Fusco, 2006).

Tanto em Santos⁷ como em São Vicente as políticas priorizam o adensamento da área urbana dotada de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos e privados, de forma a otimizar o aproveitamento da infraestrutura instalada. Com o aumento da densidade populacional o sistema viário acabou sobrecarregado.

7 Conforme a Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo - não há mais limite de andares para novos edifícios em Santos.

No caso de Cubatão, o município sempre contou com poucas áreas adequadas para habitação. De acordo com Couto (2003), dos 148 km² do município, 84,4 km² são serras e morros (57%), 37 km² são mangues (25%) e 26,6 km² são planícies e mangues aterrados (18%). Ou seja, para efeitos de habitação apresenta apenas as áreas de planície e mangues aterrados, de exíguos 26,6 km². Contudo, parte dessas planícies e mangues aterrados estão hoje ocupados por indústrias, restando apenas 16 km² de áreas próprias para habitação, comércio e serviços de toda ordem.⁸

Este pequeno espaço é o principal determinante para que os aluguéis e o preço dos imóveis se tornem caros para as famílias mais humildes, que historicamente⁹ têm seus chefes de famílias empregados nas empreiteiras e, moram, em grande parte, em áreas impróprias das serras e mangues. A poluição da cidade ajudou a afugentar uma parte de sua população, tanto migrante quanto natural. Assim, Santos e as áreas da orla de São Vicente tornaram-se locais de moradias dos empregados com melhores condições salariais do Pólo Industrial.

Nos últimos anos, as favelas constituíram o principal problema de Cubatão. Segundo a Prefeitura, em 2000 residiam nas favelas de Cubatão em torno de 64 mil pessoas (60% da população total do município). O preço das terras e dos aluguéis de Cubatão expulsou parte de sua mão de obra menos qualificada e de menor salário, inserida nas empreiteiras e indústrias, para as terras mais baratas de Vicente de Carvalho (Guarujá), Zona Continental de São Vicente e Praia Grande.

Os conjuntos habitacionais (unidades unifamiliares e apartamentos) passaram a ser a alternativa de enfrentamento do crescente déficit habitacional. Vários empreendimentos do gênero foram implantados,

8 Já no início dos anos 60, ocorre a ocupação das áreas do mangue (propriedade da União), situadas ao longo do Oleoduto Santos-São Paulo. Os operários envolvidos na construção da Cosipa, trabalhadores das empreiteiras, praticamente invadiram Vila Parisi, Vila Socó (manguezais) e Cotas (morros). Surge também um novo aglomerado, a Vila dos Pescadores, na divisa com a cidade de Santos, que também ocupou o mangue da região. Durante a década de 70, as ocupações irregulares continuaram a todo vapor, surgiram as favelas de Vila Natal (1974), do Morro do Pica-Pau (1978) e do Lixão (1978) (Young e Fusco, 2006).

9 Com a construção da refinaria de petróleo (1951) e o fluxo de pessoas que chegavam à procura de moradias, surgiram imóveis para locação com aluguéis que subiam rapidamente. A Refinaria montou seu próprio acampamento para os operários, mas tão logo terminaram as obras, foram todos desmanchados. Os trabalhadores mais humildes, que não conseguiram comprar ou alugar uma residência no centro da cidade foram morar nas Cotas da Serra do Mar (Young e Fusco 2006).

como os conjuntos da Companhia Santista de Habitações, Fundação da Casa Popular, do BNH e COHAB Santista (AGEM, 2006).

Entretanto, estas unidades habitacionais não foram suficientes para absorver o grande número de migrantes que chegava à região, atraído pela oportunidade de trabalho. Além disso, grande parte das unidades disponíveis acabou servindo como alternativa habitacional para a classe média, já que as classes de menor poder aquisitivo não tinham como se habilitar ao financiamento dessas unidades, pois não atendiam aos requisitos mínimos exigidos pelo agente financiador (Young e Fusco, 2006).

A construção dos eixos estruturais e anéis rodoviários foram importantes para a expansão da região, como as rodovias Imigrantes, Pedro Taques e Manoel da Nóbrega, além da implantação do ramal da rede Ferroviária Federal (RFFSA), conhecido como Conceiçãozinha, na margem esquerda do porto (no Guarujá) e do prolongamento do cais, na margem direita e o Corredor de Exportação em Santos. Todos esses investimentos visaram suprir as necessidades de diferentes setores, tais como turístico, portuário (importação/exportação), industrial, comercial e de serviços, entre outros, favorecendo sua expansão e o aumento dos deslocamentos intrametropolitanos (AGEM, 2006).

Em função do reduzido território insular de Santos e da valorização dos imóveis na orla, uma grande concentração de ocupações desconformes ou subnormais¹⁰ se disseminou em áreas de conservação ambiental (restingas, mangues e morros), sobretudo nos

10 É importante ressaltar que o conceito de moradia subnormal ou ocupação desconforme pode variar com o contexto histórico ou até mesmo de região para região. Assim, procurou-se adotar nesse estudo, um conceito semelhante ao utilizados pelos técnicos de órgãos públicos da RMBS e da AGEM. Desse modo, a denominação se refere às seguintes condições:

- a. Favelas: auto-construções que podem se encontrar na forma de palafitas sobre mangues, nas encostas dos morros da Serra do Mar, em restingas, ou menos comumente, em terrenos/glebas dentro de áreas urbanizadas. Basicamente, a tipologia adotada nas favelas de planície e encostas, é o barraco de madeira e, posteriormente, o de alvenaria coberto com telhas de fibrocimento.
- b. Moradias auto-empresendidas em loteamentos irregulares: presentes nas encostas de morros e restingas. Do ponto de vista fundiário, este padrão é definido pela aquisição (pela própria população) de lotes não urbanizados em localizações normalmente afastadas dos centros urbanos, com baixo nível de organização espacial e ausência quase total de infraestrutura e serviços públicos essenciais;
- c. Cômodos em cortiços: quase que exclusivamente presentes no município de Santos, em casarões do final do séc. XIX ou princípio do séc. XX localizados na região central. Esses cômodos podem ser os da planta original, adaptada ou não com subdivisões.

municípios vizinhos que exerciam menor controle sobre a ocupação do território e onde proliferou a «indústria» dos loteamentos clandestinos e irregulares, a exemplo do processo ocorrido na Região Metropolitana de São Paulo, principalmente nas áreas de proteção de mananciais, onde a falta de legislação, regulamentação e fiscalização favoreceram esse tipo de ocupação. Assim, restingas, morros e manguezais foram ocupados por dezenas de assentamentos irregulares (AGEM, 2006).

Assentamentos irregulares em áreas sujeitas a enchentes, erosões e deslizamentos

Em grande parte da Baixada Santista, o sistema de drenagem é composto por pequenas galerias com curtas extensões, destinadas a conduzir a contribuição inicial de determinada sub-bacia até os canais a céu aberto. Estes são numerosos, uma vez que os sistemas com baixas declividades constituem as seções hidráulicas mais adequadas ao regime de escoamento existente, além da facilidade de manutenção e da constante convivência com os efeitos da maré próximos ao lançamento (AGEM, 2006).

As principais causas de alagamentos e inundações observadas nas áreas levantadas são:

- ausência ou insuficiência de drenagem com ou sem urbanização do sistema viário;
- ausência de revestimento e/ou seção hidráulica inadequada em canais receptores de drenagem;
- assoreamento ou obstrução da seção hidráulica seja esta, natural ou artificial;
- ocupações ou urbanizações irregulares e/ou inadequadas;
- ausência ou insuficiência dos sistemas de controle dos efeitos da maré.

Segundo o Relatório PRIMAC (2005), as áreas caracterizadas como ocupações desconformes deverão ser desocupadas. As áreas afetadas pelos efeitos da maré deverão sofrer uma reformulação dos sistemas de comportas existentes, e nos locais desprovidos destes sistemas deverão ser implantadas novas comportas com intervenção em todo o sistema de drenagem.

As áreas identificadas como sujeitas a deslizamentos, e que apresentam os maiores riscos para a população, estão localizadas principalmente e em maior proporção nos municípios de Cubatão e Guarujá, em menor escala nos municípios de Santos e São Vicente.

Caracterizadas como «favelas», estas ocupações modificam profundamente as condições originais das áreas de encosta dos morros. São áreas onde ocorrem desmatamentos, mudanças nos cursos d'água e linhas de drenagem, execução de cortes no terreno gerando taludes íngremes, aterros inadequados, instalação de mangueiras para ligações de água (apresentando vazamentos), lançamento de águas pluviais e servidas sobre terrenos e habitações localizadas a jusante sem disciplina alguma, transformando-se em vetores e focos de erosão e deslizamentos das encostas.

Quando institucional e legalmente permitida, a urbanização adequada destas áreas visa sanar os riscos de deslizamento. As áreas proibidas deverão ser totalmente desocupadas, e suas encostas limpas e terraplenadas para taludes estáveis, sendo então recuperadas, de preferência, com vegetação nativa.

Estas áreas proibidas de ocupação são aquelas pertencentes ao Parque Estadual da Serra do Mar e as designadas por lei como de proteção de mananciais e/ou proteção ambiental. Existem algumas áreas como, por exemplo, Cota 100 e 200 de Cubatão, que se encontram nessa situação.

Outras áreas também classificadas como de deslizamento, que estão situadas fora das áreas designadas como ocupações do tipo favela, foram tratadas com soluções pontuais de estabilização, tanto dos solos como das rochas (blocos, matacões). Problemas deste tipo foram encontrados em sua maior parte nos municípios de Santos, São Vicente e Guarujá.

Quanto a áreas de risco devido à presença de erosão, foram identificadas algumas causas que podem ser de origem pluvial, fluvial ou marítima. Nos municípios de Guarujá e São Vicente as erosões encontradas são de causa pluvial. Os locais onde a erosão de origem pluvial ocorre, na grande maioria dos casos, se encontram em áreas que foram exploradas no passado como fonte de material de empréstimo para aterros e que, atualmente, se encontram desativadas.

De modo geral, o estudo verificou que todos os municípios pertencentes à RMBS possuem habitação desconforme dentro das áreas de proteção permanente e que, na maioria das vezes, as águas servidas oriundas dessas habitações não são tratadas, o que contribui de forma expressiva para a deterioração dos corpos de água.

O estudo aponta um número expressivo de áreas invadidas, demonstrando a necessidade da fiscalização e monitoramento, bem como a regularização e ou remoção da população dessas áreas, prin-

principalmente quando estão em áreas de preservação permanente, parques e encostas.

Como se observa na sequência de quadros abaixo, em Santos, São Vicente e Cubatão existem mais de 8.000 habitações em locais inadequados em termos de ocupação. Em Praia Grande esse valor é menor, em torno de 4.300 habitações. Entretanto, no Guarujá esse valor é muito superior, ultrapassando 19.000 habitações.

Em Santos, cerca de 29.840 pessoas vivem nessas áreas classificadas como áreas de proteção permanente, manguezais e encostas dos morros. Algumas se encontram em áreas de domínio de rodovias e ferrovias (Quadro 1).

Quadro 1. Relação de ocupações desconformes em áreas protegidas

<i>Município de Santos</i>							
<i>Pop. Resid.</i>	<i>N. Habit.</i>	<i>Unid. Conservação</i>	<i>APP</i>	<i>Dom. Rod.</i>	<i>Dom. Ferr.</i>	<i>Mangue</i>	<i>Encosta</i>
617,61	177		S			S	
118,34	33		S			S	
1.175,34	333		S			S	
4.692,11	1.249		S				
2.581,72	684					S	
242,67	61		S				S
1.716,70	469						S
445,66	112		S				S
1.245,65	320		S	S		S	
10.239,01	2.790			S			S
1.651,67	469			S			S
613,11	175		S				S
324,45	102						
985,40	258		S		S		S
957,70	237						S
143,13	35						
309,52	64						
174,52	54					S	
275,03	70					S	
1.331,23	326	Tombado Serra				S	
Total	29.838,57						

Fonte: AGEM, 2005; Relatório PRIMAC

Analisando estas informações percebe-se que o processo de ocupação urbana gerou, no espaço metropolitano da RMBS, uma configuração socioespacial marcada pela segregação da população de baixa renda em localizações onde o acesso aos bens e serviços, bem como à infraestrutura urbana, são precários, quase inexistentes, intensificando a exclusão social desses segmentos populacionais, característico do processo de desenvolvimento dessa região.

Assim, como se observa em São Vicente (Quadro 2) o número de pessoas nessa situação se altera para cerca de 35.800. Na maioria dos casos essas ocupações estão localizadas nos manguezais e áreas de proteção permanente. Muitas delas também ocorrem ao longo das rodovias e ferrovias da região.

Quadro 2. Relação de ocupações desconformes em áreas protegidas

<i>Município de São Vicente</i>							
<i>Pop. Resid.</i>	<i>N. Habit.</i>	<i>Unid. Conservação</i>	<i>APP</i>	<i>Dom. Rod.</i>	<i>Dom. Ferr.</i>	<i>Mangue</i>	<i>Encosta</i>
164,50	47,00		S	S	S	S	
141,30	37,00		S			S	
678,96	164,00		S		S		
1.045,70	272,00		S			S	
5.705,21	1.522,00		S		S	S	
794,34	202,00		S			S	S
352,55	94,00		S			S	
2.443,31	589,00						
553,81	149,00		S				
3.179,16	810,00		S				
244,33	66,00		S				
628,10	159,00						
501,78	123,00						
711,73	179,00						
2.897,74	680,00		S				
236,45	63,00		S				
67,70	19,00						
224,98	55,00				S		
12.884,76	3.161,00		S	S		S	
635,96	154,00		S		S		
265,80	62,00			S			
1.127,85	278,00			S			
142,95	41,00						
117,83	36,00						S
52,97	20,00						S
Total	35.799,77	8.982,00					

Fonte: AGEM, 2005; Relatório PRIMAC

Nota-se em Cubatão (Quadro 3) que a maioria das ocupações irregulares se encontra localizada no Parque Estadual da Serra do Mar, em áreas de encosta, extremamente influenciada pela presença das rodovias da região. Muitas dessas áreas ocupadas também estão situadas em áreas de proteção permanente e manguezais. Somadas, são cerca de 30.550 pessoas vivendo nessas condições.

Quadro 3. Relação de ocupações desconformes em áreas protegidas

<i>Município de Cubatão</i>							
<i>Pop. Resid.</i>	<i>N. Habit.</i>	<i>Unid. Conservação</i>	<i>APP</i>	<i>Dom. Rod.</i>	<i>Dom. Ferr.</i>	<i>Mangue</i>	<i>Encosta</i>
375,57	102	Parque Estadual	S	S			S
2.840,65	772	Parque Estadual	S	S			S
2.246,09	617	Parque Estadual	S	S			S
4.221,86	1.118	Parque Estadual	S	S			S
1.972,98	565	Parque Estadual	S				
571,05	165	Parque Estadual	S				
387,65	96					S	
1.402,53	401					S	S
7.881,48	2.350	Parque Estadual	S	S	S	S	
186,33	52	Parque Estadual	S	S	S		S
46,80	13	Parque Estadual	S	S	S		S
653,19	184	Parque Estadual	S	S		S	
1.371,30	406		S			S	
404,00	101		S	S	S	S	
5.445,57	1.520		S			S	
189,00	47						S
42,00	14			S	S		
309,19	97		S	S			
Total	30.547,22	8.620	S		S		

Fonte: AGEM, 2005; Relatório PRIMAC

De todos os municípios da região, o Guarujá é o que apresenta o maior volume de pessoas vivendo nessas áreas desconformes, cerca de 74.629 espalhados por mangues, encostas e áreas de proteção permanente (Quadro 4).

Quadro 4. Relação de ocupações desconformes em áreas protegidas

<i>Município do Guarujá</i>							
<i>Pop. Resid.</i>	<i>N. Habit.</i>	<i>Unid. Conservação</i>	<i>APP</i>	<i>Dom. Rod.</i>	<i>Dom Ferr.</i>	<i>Mangue</i>	<i>Encosta</i>
134,00	37		S		S		
157,00	43		S		S		
1.966,00	512		S		S		
3.258,00	845		S		S		
2.093,00	519					S	
1.186,00	295						
469,00	112						
368,00	95						
734,00	183						
2.116,00	619						
366,00	94						
4.347,00	1.083		S		S		
271,00	72		S				
3.404,00	867		S				
427,00	103		S				
2.630,00	643		S				
134,00	36		S			S	S
81,00	21		S				
112,00	30		S				
4.509,00	1.171					S	
899,00	220						
39,00	12						
1.119,00	267		S			S	
396,00	113		S				S
8.843,00	2.267						
2.823,00	724					S	S
7.549,00	2.096		S			S	
537,00	137					S	
3.677,00	888						
2.725,00	692						S
646,00	181		S				S
109,00	32						S
1.644,00	433						S
437,00	100		S				
187,00	046						
796,00	202						S
373,00	101						
4.460,00	1.284						
197,00	47		S				S
2.066,00	569		S				
6.009,00	1.500						
360,00	99	Tombado Serra					S
Total	74.629,00	19.370					

Fonte: AGEM, 2005; Relatório PRIMAC

Em Praia Grande (Quadro 5), aproximadamente 16.871 pessoas vivem em áreas de proteção permanente e nos manguezais. Destas, cerca de 265 vivem nas encostas dos morros.

Quadro 5. Relação de ocupações desconformes em áreas protegidas

<i>Município de Praia Grande</i>							
<i>Pop. Resid.</i>	<i>N. Habit.</i>	<i>Unid. Conservação</i>	<i>APP</i>	<i>Dom. Rod.</i>	<i>Dom.Ferr.</i>	<i>Mangue</i>	<i>Encosta</i>
502,23	129		S			S	
393,88	103		S				
195,86	49		S			S	
3.029,29	784		S			S	
314,46	84		S			S	
12.171,15	3.145		S			S	
265,00	69		S				S
Total	16.871,87	4.363					

Fonte: AGEM, 2005; Relatório PRIMAC

De modo geral, a situação na Região Metropolitana da Baixada Santista ainda é bastante crítica, entretanto essa realidade tem-se constituído de maneira distinta em cada município.

Segundo a AGEM (2006), investimentos têm sido direcionados para a habitação popular e revitalização de favelas. Entre 2000 e 2005, o número de pessoas morando em favelas reduziu significativamente. A queda se deve aos investimentos realizados nos últimos oito anos, que resultaram no atendimento das famílias nessa situação, beneficiadas por projetos desenvolvidos pelos municípios em parceria com os governos estadual e federal, além das cooperativas habitacionais.

Percebe-se que a expansão da metrópole revela os conflitos e limites da reprodução social apontando uma contradição fundamental impressa nas possibilidades de apropriação do espaço. Esse processo, visível na paisagem, revela o modo pelo qual a sociedade se configura em termos espaciais. Nesse caso através da extensão do tecido urbano sobre as áreas de conservação ambiental.

Portanto, as moradias auto construídas constituem estratégias diferenciadas de apropriação dos espaços na metrópole, em virtude do baixo poder aquisitivo da população mais pobre e da necessidade de sobrevivência, o que determina, de certo modo, a ocupação de áreas ilegais.

Considerações Finais

A expansão metropolitana da Baixada Santista retrata a convergência de vários processos, entre os quais cabe destacar as tendências dos mercados de trabalho e imobiliário, bem como as ações decorrentes das diretrizes de planejamento dos municípios. Como reflexo desse processo intensificam-se os movimentos pendulares e os assentamentos em áreas irregulares.

Afinal, contemporaneamente o espaço urbano vem adquirindo um novo perfil, adequando-se (ao mesmo tempo em que contribui para condicionar este processo) aos padrões de vida emergentes dentro de um sistema capitalista organizado, cada vez mais, através da dispersão, da mobilidade geográfica e da «flexibilidade» de mercados e processos de trabalho e consumo e, conseqüentemente, da segregação socioespacial.

Conforme observado, Santos recebe o maior fluxo populacional da RMBS, entretanto as pessoas com pior nível de escolaridade são as que chegam à sede, enquanto aquelas com melhor escolaridade são as que saem para trabalhar fora do município (São Paulo). Esse fato se torna compreensível considerando-se o padrão da oferta de trabalho na construção civil e no comércio (formal e informal), o que justificaria a pendularidade dessas pessoas.

Por sua vez, São Vicente (município que mais envia pessoas para Santos e Cubatão) tem investido no processo de urbanização de favelas, estabelecendo instrumentos de política habitacional, proporcionando a gestão de reserva de terras no Município, assim como o processo integrado de urbanização e regularização fundiária de áreas ocupadas espontaneamente e loteamentos clandestinos.¹¹ As pessoas que saem para trabalhar fora do município são as que são absorvidas pelo mercado de trabalho em Santos e pelo Pólo Petroquímico de Cubatão.

O auto-emprego tem sido a forma como o poder público tratou a expansão dos loteamentos e suas condições de ocupação e comercialização. Se por um lado este padrão de expansão habitacional tem a característica de ser barato e compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores, por outro carrega consigo o estigma da segregação, ou o ônus do pouco (ou nenhum) serviço de infraestrutura pública. Todavia, é funcional para a economia (contribuindo

11 Lei Municipal 270 - Institui o Plano Diretor do Município de São Vicente.

para o barateamento da força de trabalho) e também para o mercado imobiliário privado, além de trazer consigo a idéia da aquisição da «casa própria».

No que se refere ao município de Cubatão, sua principal atividade econômica continua sendo a indústria, como se constata nas diretrizes de expansão previstas pelo atual Plano Diretor. Além das considerações econômicas, políticas e cotidianas, como é o caso da dinâmica migratória (onde as pessoas com melhor nível de escolaridade e renda originárias de Santos e São Vicente se deslocam para Cubatão), observamos que a produção do espaço também se realiza através de desdobramentos ideológicos, especificamente através de idéias que tomam o crescimento econômico como algo indissociável da industrialização – tornando-se o principal objetivo de determinadas políticas municipais.

No caso de Cubatão parece mais contundente a relação entre os problemas ambientais e a dinâmica demográfica, principalmente no que se refere à pendularidade, se comparado aos demais municípios. Entretanto, a relação entre tais dimensões não é tão simples e tampouco pode ser facilmente observada quando analisados os demais fluxos. Tal dificuldade se deve a complexidade dos diversos fatores ou aspectos envolvidos no intenso processo de metropolização observado na região, tais como a dinâmica do mercado imobiliário, o papel da indústria e do comércio, bem como das políticas públicas implantadas na região ao longo do tempo.

Nas últimas duas décadas o processo de ocupação da RMBS vem se intensificando na direção sul, configurando a expansão de Praia Grande, predominantemente com segmentos de média e baixa renda. A produção do espaço urbano de Praia Grande ocorreu através de uma dinâmica em que a oferta de lotes em grande escala garantiu a difusão da propriedade privada da terra entre as famílias de baixos rendimentos, que majoritariamente advinham da RMBS, particularmente de sua sede.

Ademais, este processo nos revela que a migração para o entorno metropolitano, sobretudo para Praia Grande, pode corresponder a uma segunda etapa no processo migratório dos indivíduos ou famílias que se dirigem à RMBS, principalmente para os menos qualificados em termos de escolaridade, ou os que possuem baixos rendimentos e que teriam, a princípio, escolhido a sede metropolitana como local de moradia.

Como se verificou, tal como outros municípios pertencentes a grandes aglomerações urbanas, muitas áreas em processo de expan-

são dos municípios da RMBS se adensam ao longo de estradas e vias expressas que, neste caso particular, além de contribuírem para o escoamento da produção industrial, também cooperam para o direcionamento da expansão urbana regional.

A busca por melhores localidades no interior do espaço urbano, principal elemento passível de delimitação estrutural para a ocupação territorial, faz com que os segmentos de menor poder aquisitivo ocupem espaços mais desestruturados, distantes e menos valorizados, intensificando os deslocamentos pendulares diários com diferentes motivações, tais como atendimento às demandas por trabalho, educação, serviços públicos, lazer, consumo, entre outros.

Nesse estudo, parece ser evidente que a expansão sobre as áreas de conservação ambiental constitui uma realidade para todos os municípios da RMBS, pois se trata da alternativa encontrada pelas classes de baixa renda para solucionar o problema de moradia e disponibilidade de acessos, através das rodovias e ferrovias existentes, facilitando o deslocamento e a mobilidade dessas pessoas. Logo, poder-se-ia concluir que, de alguma maneira, esses fatores estão de certa maneira muito atrelados.

Por fim, resta colocarmos que este estudo, como qualquer outro trabalho científico, carrega consigo a certeza de nunca pretender esgotar a realidade a que se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento adquirido, já que há sempre algo que não pode ser apreendido. Isso, porém, não nos exime do esforço de elaborá-los, se quisermos melhor compreendê-la.

Agradecimentos

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo financiamento desta pesquisa.

Bibliografia

- AGEM – Agência Metropolitana da Baixada Santista (2006) *Padrões socioespaciais da Região Metropolitana da Baixada Santista*, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo.
- Couto, J. M. (2003) *Entre Estatais e Transnacionais: o Polo Industrial de Cubatão*, tese de Doutorado do Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Cunha, J.M.P (1995) «A mobilidade pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana», *Anais do VI Encontro Nacional da Anpur*, Brasília, Anpur, p. 518-526.
- Harvey, D. (2005) *A produção capitalista do espaço*, São Paulo, Annablume.
- Hogan, D. (1990) «Quem Paga o Preço da Poluição? Uma Análise de Residentes e Migrantes Pendulares em Cubatão», *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, Caxambu, v. 3, p. 177-196.
- Jakob, A. A. E. (2003) *Análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000*, tese de doutorado em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- *et al.* (2006) «Riqueza a beira-mar, pobreza longe da maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990», in Cunha, J. M. P. da (org.) *Novas Metrôpoles Paulistas – população, vulnerabilidade e segregação*, Campinas, v. 1. p. 435-455.
- Jakob, A. A. E. e Santos, A. P. R. (2009) «As diferentes semelhanças da mobilidade pendular das metrópoles emergentes do estado de São Paulo», in *Anais do V Encontro Nacional Sobre Migrações*, Campinas, Nepo/Unicamp.
- Lago, L. C. (2000) *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempos de crise*, Rio de Janeiro, Observatório.
- Pacheco, C.A. (1998) *Fragmentação da Nação*, Instituto de Econômica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Programa Regional de Identificação e Monitoramento de Áreas Críticas de Inundação, Erosões e Deslizamentos (PRIMAC) (2005) *Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)*, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo.
- Reis Filho, Nestor Goulart (org.) (2007) «Brasil: estudos sobre dispersão urbana», São Paulo, FAU-USP, v. 1. 433 p.
- Santos, A.P.R. (2008) *Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista: Mobilidade populacional e diversidade socioespacial*, dissertação de Mestrado em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Semeghini, U.C. (2006) *Urbanização, crise social e o papel das entidades regionais de São Paulo*, ABEP.
- Young, A. F. e Fusco, W. (2006) «Espaços de Vulnerabilidade Socioambiental para a População da Baixada Santista: identificação e análise das áreas críticas», in *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu, p. 2-14.

